

Estudos Técnicos/CNM – maio de 2018

Panorama financeiro dos Municípios Brasileiros

1. Introdução

O primeiro ano de mandato dos prefeitos foi de ajustes em todas áreas do ente municipal. A avaliação geral desse período de mandato é bastante positiva, uma vez que houve uma grande renovação dos prefeitos no país. Muitos iniciaram a trajetória política recentemente, outros têm experiência em gestão empresarial, mas não na gestão pública.

A crise econômica enfrentada pelo país atrapalhou muito esses anos iniciais à frente da prefeitura de todos os gestores, mas mesmo diante das dificuldades, os Municípios fizeram uma gestão equilibrada e responsável com os poucos recursos que chegaram por meio dos Estados e das Transferências Federais por parte da União.

Diante desse cenário, a Confederação Nacional de Municípios (CNM) acompanha os principais indicadores da economia brasileira. A receita com ICMS, por exemplo, tem sido favorecida pela recuperação da atividade econômica e pelos aumentos de tributação promovidos por diversos governos estaduais. A segunda fonte mais importante de recursos, as transferências recebidas da União, também foi favorecida pela recuperação econômica, que impacta positivamente o recolhimento de tributos federais compartilhados com Estados e Municípios. Além disso, o aumento da produção e dos preços do petróleo ampliaram as transferências das compensações financeiras pela exploração de recursos naturais. Com isso, as transferências tiveram aumento real de 4,4% nos dois primeiros meses de 2018, contra o mesmo período de 2017.

Com crescimento fraco e fragilidade econômica, os gestores municipais fizeram ajustes como: redução no quadro de funcionários, desativação de veículos, desativação de equipamentos, alteração do horário de expediente dos órgãos municipais, redução de despesas de custeio, redução de salários dos Prefeitos e Vereadores, redução de cargos comissionados, suspensão na prestação de alguns serviços. Essas medidas foram tomadas para equilibrar o caixa com a realidade da economia brasileira.

Sendo assim, a CNM realizou uma pesquisa para conhecer a situação dos Municípios brasileiros, como uma espécie de "raio-x" da gestão municipal diante da conjuntura econômica, recente no Brasil. Buscou-se saber informações como:

- se os Municípios fizeram o pagamento do 13º salário dos funcionários,
- situação do gasto com a folha de pessoal, e
- a quitação das obrigações com os fornecedores.

Este estudo vem ao encontro da necessidade de conhecer o real panorama da gestão municipal. Conta com quatro seções. A seguir está a descrição da metodologia utilizada na realização da pesquisa. Na terceira seção, os resultados da pesquisa passam a ser evidenciados, descrevendo os principais pontos abordados pela amostra atingida. Por fim, a última seção traz uma conclusão dos dados apresentados seguida por uma seção de anexos onde são apresentados os formulários utilizados, inclusive por estado.

2. Metodologia

Buscando diagnosticar a situação dos Municípios brasileiros com relação à crise econômica recente, a CNM atualizou a pesquisa do ano passado (2017) junto às prefeituras municipais. A pesquisa foi iniciada em 8 de janeiro do corrente ano e concluída dia 30 de abril. Foi feita por manifestação espontânea da Confederação.

Neste período, a CNM visou abranger os 5.568 Municípios do Brasil, obtendo sucesso com **88,84%** destes ou **4.947** cidades. Houve tentativa de contato telefônico com todos os Municípios. Para os gestores que não responderam o formulário por telefone, houve a possibilidade de acessar por outros canais para o recebimento da informação, como fax, e-mail, por correspondência e pela Internet. Além disso, foi mantida uma equipe de suporte da área de Assessoria Técnica e do Setor de Pesquisas da CNM para o preenchimento dos formulários.

A pesquisa foi composta por dez questões, com enfoque na situação financeira dos Municípios. Questionamentos sobre a saúde financeira do município, o impacto do repasse do Apoio Financeiro aos Municípios (AFM) para o fechamento das contas de 2017, a questão do pagamento de salários do funcionalismo municipal, se houve atraso no pagamento da folha de pessoal de dezembro, dados sobre o percentual de gasto com pessoal da folha de pagamento de dezembro em relação à receita corrente líquida, expectativa do ano de 2018 para as finanças municipais, entre outras, compoem esse levantamento.

3. Os resultados

Com o intuito de observar a expectativa dos Municípios brasileiros quanto ao ano de 2018, dos 4.947 Municípios entrevistados, 2.873 (58,1%) acham que será melhor e 2.011 (40,7%) afirmaram não ter boas expectativas sobre as finanças municipais. Os demais 63 (1,3%) não responderam à pergunta.

Gráfico 1 – O ano 2018 será melhor para as finanças municipais?



Fonte: Elaboração Própria – CNM.

A pesquisa realizada pela CNM contactou 4.947 Municípios e destes, 2.884 (58,3%) responderam que conseguiram encerrar o ano de 2017 com as contas equilibradas, enquanto 2.052 Municípios (41,5%) não conseguiram e apenas 11 (0,2%) não responderam à pergunta. Isso pode ser visualizado no gráfico 1.

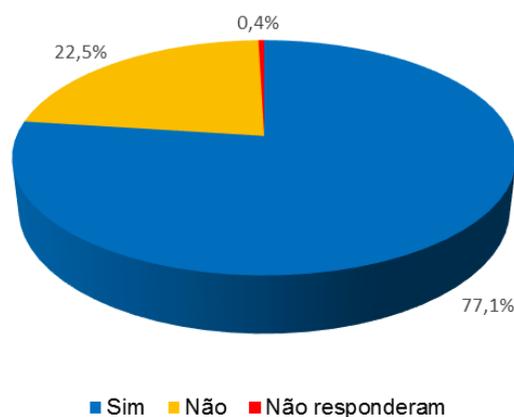
Gráfico 2 – O município conseguiu encerrar o ano de 2017 com as contas equilibradas?



Fonte: Elaboração Própria – CNM.

Quando questionados se o município contava com o repasse do AFM para o fechamento das contas de 2017, 3.813 (77,1%) responderam que contavam com o repasse, 1.112 (22,5%) não contavam e 22 (0,4%) não responderam à pergunta, conforme o gráfico 2. As prefeituras que contavam com o repasse do AFM para o encerramento de 2017 com o intuito de equilibrarem as contas, a área mais prejudicada com a suspensão do compromisso no ano passado, foi o pagamento de fornecedores, seguida do pagamento de salários do funcionalismo público e do 13º salário.

Gráfico 3 – O município contava com o repasse do AFM para o fechamento das contas de 2017?



Fonte: Elaboração Própria – CNM.

Sobre a pontualidade das prefeituras quanto ao pagamento dos salários de dezembro do funcionalismo municipal, 3.998 ou 80,8% dos Municípios responderam que não atrasaram as remunerações de dezembro, mas 936 (18,9%) Municípios protelaram o pagamento. Os outros 13 (0,3%) Municípios optaram por não responder a pergunta. Tais dados podem ser vistos no gráfico abaixo.

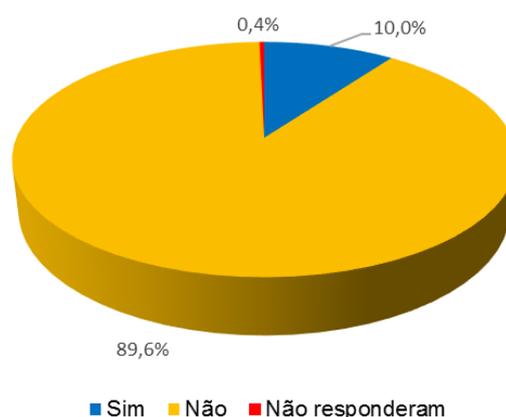
Gráfico 4 – O município atrasou o pagamento da folha de pessoal de dezembro?



Fonte: Elaboração Própria – CNM.

Quando questionados sobre o pagamento do 13º salário aos funcionários municipais, 4.432 (89,6%) Municípios disseram que não ocorreram atrasos nos pagamentos, já 497 (10,0%) prefeituras atrasaram e 18 (0,4%) não responderam, como mostra o gráfico 6.

Gráfico 5 – O município ficou com atraso no pagamento do 13º salário dos funcionários?

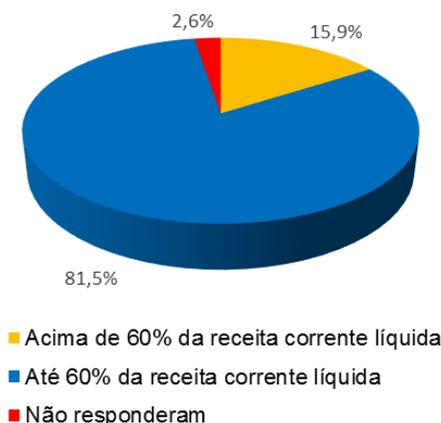


Fonte: Elaboração Própria – CNM.

Com o intuito de controlar os gastos com pessoal e encargos sociais, a Lei de Responsabilidade Fiscal definiu os limites que os Municípios devem respeitar com tais gastos em relação à receita corrente líquida (RCL). Dos 4.947 Municípios pesquisados, 4.033 (81,5%) encontravam-se, em dezembro, com o limite do gasto com pessoal até 60% da receita corrente

líquida e 787 (15,9%) acima do limite máximo. Os 127 (2,6%) Municípios restantes não responderam à pergunta, conforme mostra o gráfico abaixo.

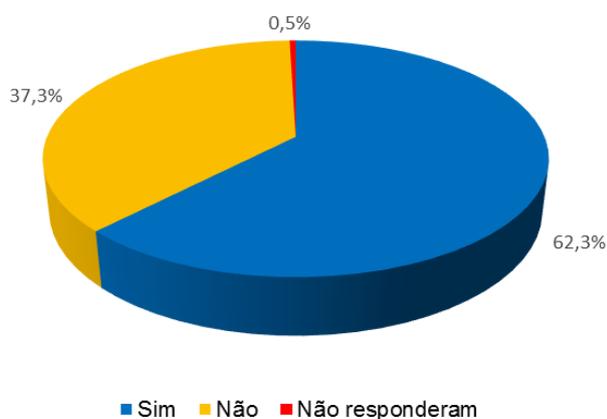
Gráfico 6 – Qual é o percentual gasto com pessoal na folha de pagamento de dezembro de 2017?



Fonte: Elaboração Própria – CNM.

No cenário de crise financeira enfrentado pelos Municípios, uma das soluções encontradas para não ocorrer o atraso da folha de pagamentos do pessoal é a postergação dos pagamentos de fornecedores. Dos 4.947 Municípios que responderam ao questionário, 3.080 (62,3%) afirmaram que atrasaram o pagamento de fornecedores no ano passado e 1.844 (37,3%) não atrasaram, os outros 23 (0,5%) não responderam à pergunta.

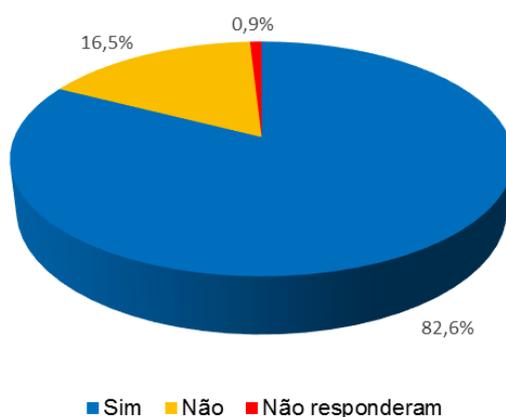
Gráfico 7 – O município atrasou o pagamento de fornecedores em 2017?



Fonte: Elaboração Própria – CNM.

O problema dos Restos a Pagar (RAP) vem aumentando ano a ano nas prefeituras. Como podemos ver no gráfico abaixo, 4.087 Municípios responderam que deixaram RAP para o ano de 2018, o que corresponde a 82,6% dos pesquisados. Por outro lado, 816 (16,5%) não deixaram RAP e 44 (0,9%) não responderam.

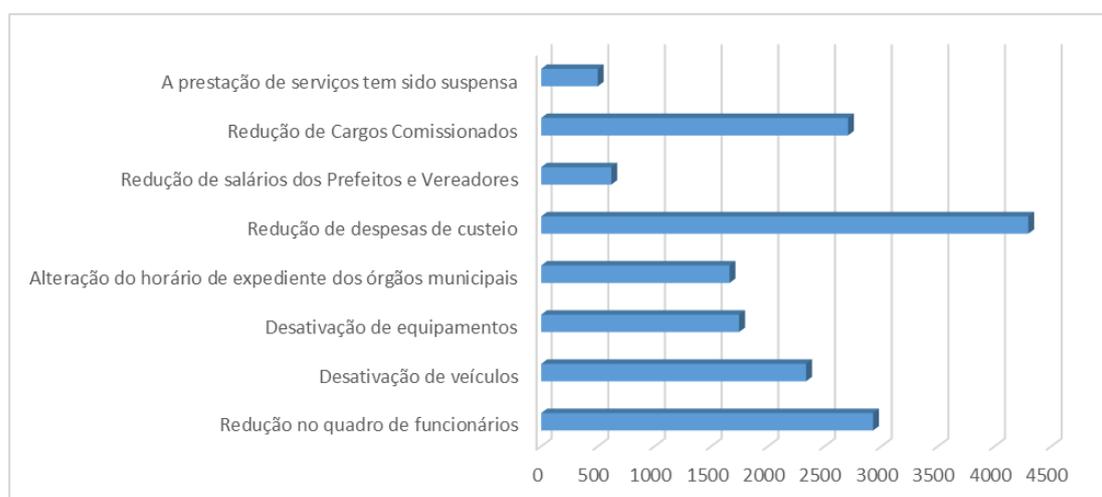
Gráfico 8 – O município deixou restos a pagar?



Fonte: Elaboração Própria – CNM.

Para enfrentar a crise financeira, algumas medidas tornaram-se necessárias. Dentre as opções elencadas no gráfico 10 abaixo, as atitudes que os Municípios mais adotaram foi a redução das despesas de custeio, seguida da redução do quadro de funcionários, diminuição dos cargos comissionados e desativação de veículos.

Gráfico 9 – Quais atitudes foram tomadas para se adequar à crise?



Fonte: Elaboração Própria – CNM.

4. Conclusão

A pesquisa realizada buscou analisar a situação econômica e a saúde financeira dos Municípios brasileiros, bem como as medidas adotadas pelos gestores municipais para reduzir os impactos à população. Foi possível observar que mais da metade dos Municípios contavam com o Apoio Financeiro aos Municípios (AFM) para o fechamento das contas de 2017 e a área mais prejudicada com o adiamento do repasse foi o pagamento de fornecedores, seguido do pagamento de salários do funcionalismo público, setores que impactam diretamente a atividade econômica dos Municípios.

Os aspectos destacados mostram que os Municípios estão alinhados com a retomada da economia brasileira. Porém, o aumento das responsabilidades desses, agregada à alta dependência financeira das transferências de outros entes colocam as gestões municipais em estado de alerta no sentido de buscar alternativas para regularizar suas contas.